



**ALVARÁ DE LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE
RESÍDUOS Nº 000012- / -2007**

Nos termos do artigo 33º. do Decreto-Lei nº. 178/2006, de 5 de Setembro é emitido o presente alvará de licença à empresa:

Cannon Hygiene Portugal, Ld^a

com o NIF 501678603, para a instalação localizada no Parque Industrial J. E. Pavilhão Cannon III, Carrascal de Manique, 2645-423 ALCABIDECHE, para a seguinte operação de gestão de resíduos:

**Compactação e armazenagem temporária de resíduos de higiene
bacteriologicamente inactivados**

A realização das operações de gestão de resíduos fica sujeita ao cumprimento integral das especificações em anexo, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

O presente alvará de licença é válido até 31 de Janeiro de 2012.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2007

A Vice-Presidente

Fernanda do Carmo



Especificações anexas ao Alvará nº 000012- / -2007

1- Operações objecto da licença e respectivos códigos D e R publicados no Anexo III da Portaria nº 209/2004 de 3 de Março

A operação de gestão em causa consiste na recolha de resíduos de higiene de instalações sanitárias públicas em contentor onde se efectua a inactivação da carga biológica, transporte para as instalações, compactação e armazenagem dos sacos em contentores de 800 litros, até perfazer quantidade que justifique o envio para operador autorizado para a deposição em aterro.

D9- Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do Anexo III do Decreto-Lei nº 209/2004 de 3 de Março

D15- Acumulação de resíduos destinados a D1

2- Tipo de resíduos abrangidos e respectivos códigos LER de acordo com a Lista Europeia de Resíduos publicada na Portaria nº 209/2004 de 3 de Março

200309 resíduos urbanos e equiparados não anteriormente especificados

A quantidade anual de resíduos geridos é de 300 toneladas.

3 – Condições a que fica submetida a operação de gestão de resíduos

3.1- A gestão de resíduos deve obedecer ao estipulado no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro.

3.2.- A empresa tem 30 dias, após o início da actividade, para se registar no Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER), conforme disposto na alínea b) do artigo 48º do Decreto-Lei n.º 178/2006, regulamentado na Portaria nº. 1408/2006, de 18 de Dezembro. As entidades abrangidas estão obrigadas a possuir registo da seguinte informação:

- a) Origens discriminadas dos resíduos
- b) Quantidade, classificação (LER) e destino discriminados dos resíduos
- c) Identificação das operações efectuadas
- d) Informação relativa ao acompanhamento efectuado, contendo os dados recolhidos através de meios técnicos adequados.

3.3- O produtor dos resíduos deve proceder à sua separação na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.

3.4- O armazenamento de resíduos deve ser efectuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão, e respeitar todas as regras de segurança. Os resíduos devem ser colocados em local devidamente impermeabilizado e confinado de modo a não haver contaminações do solo, devendo os resíduos estar identificados com o respectivo código LER.



Especificações anexas ao Alvará nº 000012- / -2007

- 3.5- Os resíduos só podem ser enviados para empresas devidamente licenciadas para operações de gestão desses resíduos.
- 3.6- O transporte de resíduos deve ser acompanhado por guia devidamente preenchida em triplicado (Modelo 1428 da INCM) de acordo com o disposto na Portaria nº.335/97 de 16 de Maio.
- 3.7- A gestão de óleos minerais usados deve obedecer ao estipulado no Decreto-Lei nº. 153/2003, de 11 de Julho
- 3.8- Cumprir o estipulado no Regulamento Geral do Ruído publicado no Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro
- 3.9- Cumprir as normas gerais de protecção da qualidade do ar estipuladas no Decreto-Lei nº. 78/2004, de 3 de Abril.
- 3.10- Devem ser cumpridas todas as disposições legais aplicáveis relativamente à segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente as fixadas no Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº. 99/2003, de 27 de Agosto, regulamentada pela Lei nº. 35/2004, de 29 de Julho. A organização e funcionamento das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho devem obedecer ao regime publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 109/2000, de 30 de Junho
- 3.11- Cumprir as normas, de descarga de águas residuais em colector municipal, fixadas pela autarquia

4- Identificação do responsável técnico

Henrique Vasconcellos Dias

5- Identificação da instalação e equipamentos licenciados

A área destinada à operação de gestão de resíduos em causa é um pavilhão localizado no Parque Industrial J. E., Carrascal de Manique, 2645-423 ALCABIDECHE.
Esta instalação utiliza uma apenas um compactador.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2007

A Vice -Presidente

Fernanda do Carmo